

Uma Nova União

O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, tocou um nervo sensível ao propor com certa veemência a revisão da estrutura federativa do Brasil. Collares lembra que o Norte e o Nordeste têm 337 senadores e deputados, e o Sul apenas 289. É uma super-representação, pois o Sul e o Sudeste têm uma população de 84 milhões de habitantes e representam um PIB de mais de US\$ 200 bilhões; contra 61 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 60 bilhões nas regiões Norte e Nordeste. Não bastasse isto, as elites nordestinas ainda por cima dominam o país. O desabafo do governador gaúcho é inevitável: "o Brasil é o único país do mundo onde as minorias governam."

A grita sulista também encontra eco nas cifras do Tribunal Superior Eleitoral. Em 1990, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, 32 milhões e 355 mil eleitores escolheram 137 deputados federais e 12 senadores. O Rio de Janeiro, com 8 milhões e 277 mil eleitores, elegeu 46 deputados e 3 senadores. O Norte e o Nordeste juntos, com 5 milhões e 340 mil eleitores a menos do que o Sul, obtiveram 101 representantes a mais na Câmara Federal, somando 216 no total, sendo que o número de seus senadores é três vezes superior ao da bancada sulista. O desequilíbrio é flagrante, uma vez que o PIB dos quatro estados do Sul representa hoje cerca de 52% do PIB brasileiro.

Há quem veja a distorção do federalismo brasileiro por outro ângulo: enquanto o Sul se queixa das distorções na representação política, o Norte e o Nordeste criticam a fatia enorme do orçamento nacional que através de incentivos e subsídios do BNDES se desloca para as obras do Sul. Pela tese das "distorções compensadas", o Brasil do Norte seria um anão econômico e um gigante político, enquanto o Brasil do sul seria um gigante econômico e um anão político.

Este desequilíbrio antigo alternou tendências centrífugas a tendências centrípetas e serviu de caldo de cultura para ímpetus separatistas ao longo da história brasileira. A Independência do Brasil e o Segundo Império vieram em nome da salvação da unidade nacional. A consequência foi o reforço da autoridade central. No século passado, esse poder foi questionado através de diversas revoltas. De lá para cá, demonstrações de autoritarismo foram a resposta a qualquer movimento que contrariasse um projeto de União que acabou não se consolidando.

Os quarenta anos da República Velha, entre 1889 a 1930, foram marcados pelo "estadualismo" das oligarquias regionais, um equilíbrio de forças imperfeito, refletindo o desenvolvimento desigual das unidades federadas.

A força excessiva de alguns Estados trouxe a clara preponderância dos estados maiores em todos os domínios da vida pública e a ameaça da absorção da influência dos estados pequenos na federação. Foi o período da política do *café com leite*, dominada pela hegemonia de São Paulo e de Minas, os únicos estados aptos a eleger presidentes a bico de pena. Bahia, Pernambuco e Rio se contentavam em fazer o vice, enquanto o Rio Grande mantinha-se aparte, em estado de per-

manente rebeldia, esperando sua vez. Os outros eram os bagageiros da federação.

A oportunidade dos gaúchos veio em 1930, com a ruptura do *café com leite* e com o isolamento de São Paulo, através da aliança das oligarquias mineira e gaúcha. A resposta paulista foi a Revolução constitucionalista de 1932, que, apesar de seu generoso lema *Pro Brasilia Fiant Eximia* (pelo Brasil se façam grandes coisas), foi uma revanche das velhas oligarquias cafeieiras destronadas em 30. A tendência descentralizadora retornou no período 1945-1964, mais uma vez interrompida pelo regime autoritário e centralizador dos militares. Hoje, estamos vivendo um novo movimento de diástole, como diria o general Golbery.

O que se pretende agora é corrigir a dupla distorção que comprometeu historicamente o federalismo brasileiro. A adaptação do Brasil à época dos mercados globalizados e das economias abertas implica uma profunda alteração no modelo economicamente concentrador de São Paulo e no modelo politicamente arcaico do Nordeste. Não será possível enfrentar estes desafios com oligarcas vorazes, nem com indústrias cartelizadas. Nunca será demais insistir nos danos provocados pela ditadura militar: o perverso fortalecimento político do Brasil dos grotões e a fabricada hipertrofia da economia paulista.

As contestações de hoje às tentativas de reforma se ligam a ansiedades profundas: mesmo sabendo que não pode voltar ao protecionismo do período militar e que, com a abertura do comércio exterior, nunca mais reconquistará o monopólio do mercado brasileiro, São Paulo resiste em se abrir à competição. A retórica farisaicamente nacionalista esconde o medo de que o passo necessário seja maior do que suas pernas.

É normal que São Paulo sofra, depois de tanto mimo recebido ao longo das últimas décadas. Sobretudo quando percebe que, em três anos, suas indústrias caíram de 48% para 36% na formação do PIB. A foto recente de Orestes Quércia, Tasso Jereissati e Lula, dispostos a botar lenha na CPI, exprime o descontentamento dos empresários, dos comerciantes e da classe operária de São Paulo. As lideranças anacrônicas do Nordeste representam o Brasil que teima em compensar sua inferioridade econômica por ativa participação no aparelho do estado e no Congresso.

A perda de iniciativa política de Minas agravou o desequilíbrio da federação. Minas deixou de ser o "fiel da balança" — o estado que durante tanto tempo arbitrou as diferenças e deu as cartas da negociação e do entendimento. Pior ainda foi a queda de qualidade da administração pública e da representação política ocasionada pela transferência da capital.

Não há como negar, porém, a persistente aspiração por um Brasil mais ético e equilibrado do que este aí que nos aflige. Mas, por enquanto, este desejo esbarra em interesses poderosos e numa Constituição inadequada às realidades do pós-guerra fria